



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

LEI N 932, DE 06 DE MARÇO DE 2020.

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR A CELEBRAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, OBJETIVANDO O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO, A TÍTULO DE PRO-LABORE, AOS POLICIAIS MILITARES DO GRUPAMENTO POLICIAL DO MUNICÍPIO DE GUATAPAR, E D OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURACY COSTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1 Fica a Prefeitura Municipal de Guatapar, autorizada a celebrar Convênio, e respectivos Termos Aditivos, com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Segurança, objetivando o pagamento de gratificação, a título de PRO-LABORE aos Policiais Militares do Segundo Grupamento Policial, da 4. Companhia, do 51 BPM-I, militantes no Município de Guatapar, Estado de São Paulo.

Art. 2 O pro-labore de que trata o art. 1 desta Lei, se dará no valor equivalente  14 UFESPs, pago mensalmente a cada Policial pertencente ao efetivo da Polícia Militar no Município de Guatapar, que participar exclusivamente no policiamento de trânsito e na segurança da cidade, após a



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

celebração de futuro convênio que disciplinar as atividades previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

 1 Os beneficiados com o pr-labore perderão o direito  gratificação quando:

- I- estiverem afastados em razão de licncia prmio;
- II - encontrarem-se respondendo a qualquer procedimento administrativo, que lhes impeça de exercer as atividades de segurança pública;
- III - estejam participando de curso por período igual ou superior a 30 (trinta) dias;
- IV - ao ser movimentado para outro Grupamento Policial, Pelotão ou Companhia sediado fora da área territorial do Município.

 2 o pagamento do pr-labore, efetuado pela Prefeitura Municipal de Guatapar aos Policiais Militares, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e nem gera quaisquer outros direitos e obrigações de ordem contratual ou patrimonial.

 3. O pr-labore a que alude esta Lei constitui-se em vantagem transitória, não se incorporando para todos os efeitos ao slrio, remuneração e/ou vencimentos, nem sobre ele incidirá quaisquer outras vantagens percebidas a qualquer título pelo respectivo servidor público estadual.

 4. O pr-labore não gera direito subjetivo à continuidade de sua percepção, podendo cessar a qualquer tempo.

 5 O Comandante do Grupamento Policial encaminhará à Prefeitura, até o segundo dia útil de cada mês, um Relatório constando os Policiais Militares a serem contemplados com o pr-labore, bem como, o número dos devidos registros (RE).

Rua: dos Jasmins, n.é 296 – Centro – CEP: 14.015.000 - Guatapar – São Paulo

Fone /fax: (16) 3973-0188 – (16) 3973-0817

www.guatapara.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPARÁ

Art. 3º As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento vigente:

02 Secretaria Municipal de Administração e Finanças

02.02 - Segurança Pública

06.181.0007.2.007 - Manutenção da Segurança Pública

3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física

Ficha - 46

Art. 4º Fica autorizado a suplementação a dotação pertinente, nos termos do artigo 4º, III e IV, da Lei Orçamentária anual n.º 926 de 20 de dezembro de 2019.

Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei por Decreto, no que couber.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS SEIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE.

PUBLICADA, REGISTRADA E AFIXADA NO PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.


JURACY COSTA DA SILVA
Prefeito municipal


AILTON APARECIDO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração